

Texto polêmico é aprovado na comissão

BRASÍLIA — Numa votação tumultuada e sem acordo entre os partidos, a comissão especial da lei eleitoral aprovou ontem o texto que estabelece as normas para as eleições do próximo ano. Ao votar o texto, o presidente da comissão, Roberto Magalhães (PFL-PE), e o relator, João Almeida (PMDB-BA) assumiram o compromisso de levar todos os pontos polêmicos para discussão hoje, no colégio de líderes.

No que se refere ao financiamento das campanhas, por exemplo, não há a menor chance de acordo. O relator estabeleceu US\$ 40 milhões como o teto máximo de gastos para uma campanha de presidente da República. Com esse dinheiro, daria para pagar 667 mil salários mínimos este mês, ou 5.715 fuscas. O deputado José Dirceu (PT-SP) protestou:

— Isso não é possível. É muito dinheiro. Não se justifica.

Integrante de um partido pequeno que corre o risco de fi-

car sem representação no Congresso, o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) pediu verificação de quorum e saiu da sala. Seu pedido foi desconsiderado e o projeto acabou aprovado por votação simbólica com 12 deputados a favor e um contra.

O único deputado que votou contra foi Prisco Viana (PPR-BA). A exceção do próprio João Almeida, que redigiu a proposta votada ontem, todos os parlamentares de todos os partidos têm restrições ao projeto. O PT diverge no financiamento de campanha. Os pequenos partidos estão unidos contra a necessidade de ter 5% dos votos nacionais para lançamento de candidatos à Presidência da República e 5% dos votos estaduais para lançamento de candidatos a governador. Todos divergem sobre a proibição de cenas externas e produções sofisticadas. Pelo texto, só vale gravação em estúdio ou programa ao vivo.